

# Panorama

Editor: Igor Natusch  
igor@jornaldocomercio.com.br

FOTOS FABIOLA CORREA/JC



**INFRAESTRUTURA**

**Sem verba e com estrutura abalada pela enchente de 2024, instituição privada busca apoio em editais, segundo o coordenador, Hugo Rodrigues, e a arquiteta Sthefânia Duhá**

## Museu do Trabalho segue sem previsão de reabertura em 2026

Joana Luna Camargo  
joanac@jcrs.com.br

Salas interditadas com rachaduras visíveis e marcas da altura da enchente de 2024. Assim se encontra o Museu do Trabalho (Rua dos Andradas, 230), em Porto Alegre. “Acredito que já havia uma erosão do solo, um espaço vazio embaixo do prédio, que encheu de água, elevou o piso, movimentou e juntou essas paredes com a elevação e depois disso baixou quando a água foi embora”, explica a arquiteta Sthefânia Duhá, responsável pelo laudo preliminar do Museu. Mais de dois anos depois da tragédia climática, o local segue fechado, sem data para reabrir.

Fundado em 1982 pelo sociólogo Marcos Flávio Soares, o Museu foi concebido para ocupar a Usina do Gasômetro, então em ruínas, quando um movimento popular havia conquistado o prédio histórico para a Instituição. Enquanto a Usina era restaurada, o acervo ficava organizado nos galpões cedidos pela prefeitura, que deveriam servir apenas como sede temporária. Uma mudança de gestão municipal

interrompeu o plano e o novo governo decidiu transformar a Usina em centro cultural. “Foi assim que o atual prédio se tornou a ‘eterna’ sede provisória”, resume o coordenador do Museu do Trabalho, Hugo Rodrigues. E foi justamente nesses galpões que o estrago da enchente se fez; um estrago que parece, pelo menos por agora, definitivo. Por trás da falta de verba para a reforma está um obstáculo pouco visível. O imóvel é inventariado, mas não tombado; e essa diferença, que no papel parece sutil, na prática, fecha portas.

O tombamento impõe restrições legais de preservação que funcionam como selo de garantia para patrocinadores. Já o inventário de estruturação - categoria do prédio do Museu - exige apenas a preservação da fachada e da relação com o entorno, permitindo modificações internas. “Tem editais e empresas que só se interessam em patrocinar se o imóvel for tombado”, afirma Sthefânia. O Museu foi aprovado pela Lei Rouanet, mas não conseguiu atrair nenhuma empresa patrocinadora. E a decisão sobre tomar ou não o prédio

não cabe à Instituição (privada), que ocupa o espaço da prefeitura por contrato de permissão de uso. O documento, aliás, só foi formalizado em 2024, depois da enchente, e antes disso, sem ele, o Museu não podia nem se candidatar a editais públicos.

Com a porta dos patrocínios praticamente fechada, os editais públicos tornaram-se a aposta principal e também uma sequência de derrotas. O Museu perdeu o Fundo Rio Grande (Funrig), cuja verba se esgotou antes de chegar à Instituição e, mais recentemente, um edital da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (Sedac) voltado a patrimônio e acervo. Neste último, a equipe relata ter recebido nota zero de um dos jurados em uma das categorias avaliadas. O regulamento permite contestar notas zeradas, mas o recurso apresentado pela Instituição não obteve resposta.

O impasse é grande: enquanto o acervo de máquinas menores, guardado em andar superior, escapou do alagamento, recuperar as máquinas de grande porte, como prensas e equipamentos de ferro



usados nas oficinas gráficas, atingidos pela enchente, custaria R\$ 800 mil. Uma reforma completa, que inclui infraestrutura elétrica, hidráulica e de telhado comprometidas por décadas de manutenção pontual, é estimada em R\$ 5,8 milhões. Para se ter uma ideia, a principal fonte de renda do Museu hoje é o Consórcio de Gravuras, sistema de assinatura mensal que reúne cerca de 60 associados ativos. Some-se a isso receitas pontuais de oficinas, teatro e sala de dança, hoje realocados em espaços parceiros, como o Remanso. Atualmente, o temor de uma nova en-

chente com a chegada do El Niño paira pelo Museu tanto quanto a falta de verba. Diante da possibilidade levantada por especialistas, a direção já avalia alternativas ao retorno ao endereço atual, como a locação de um espaço para abrigar o acervo de papel em parcerias com outras instituições. “A essas alturas, falando numa possível outra enchente, a gente já fica até se perguntando se realmente vale a pena fazer uma reforma e trabalhar no sentido de continuar aqui”, admite Rodrigues. Por ora, o Museu permanece fechado e os editais, parados.